

SUMÁRIO

PREFÁCIO	xv
APRESENTAÇÃO	xvii
1 INTRODUÇÃO	1
2 A EMPRESA PRIVADA, NA PERSPECTIVA DA ORDEM ECONÔMICA CONSTITUCIONAL BRASILEIRA DE 1988	3
2.1 A empresa privada contemporânea	5
2.2 Função social da empresa privada	17
2.3 Conceito de função social	20
2.4 O princípio constitucional da função social da propriedade privada sob a ótica da ordem econômica	24
2.5 A função social da empresa privada	26
2.6 Livre iniciativa e empresa privada.....	30
3 A RESPONSABILIDADE SOCIAL DA EMPRESA: UM COMPROMISSO COM A ÉTICA E A TRANSPARÊNCIA.....	35
3.1 Abordagem histórica sobre a prática de responsabilidade social das empresas	36
3.2 O fundamento jurídico da responsabilidade social	40
3.3 Ética empresarial como elemento condutor da responsabilidade social	45
3.4 Transparência empresarial com todos os segmentos: uma real necessidade nos dias atuais	53

3.5 Marketing social.....	56
3.6 Indicadores e padrões de responsabilidade social empresarial.....	57
3.6.1 Balanço social	58
3.6.2 Índice de sustentabilidade empresarial criado pela bolsa de valores do Estado de São Paulo	63
3.6.3 Tripple Bottom Line (TBL) – Tripé da sustentabilidade.....	65
3.6.4 Boas práticas de governança corporativa.....	66
3.6.5 AA1000 – Accountability 1000.....	70
3.6.6 Norma internacional de qualidade – ISO 26000	71
3.6.7 Norma brasileira de qualidade – ABNT/NBR 16001:2004.....	72
3.6.8 Norma Accountability 8000 – SA 8000	72
3.6.9 Voluntariado empresarial	73
3.7 Benefícios gerados com a prática de responsabilidade social	74

4 A PESSOA COM DEFICIÊNCIA E SUA INCLUSÃO SOCIAL

4.1 Uma abordagem histórica da segregação à inclusão da pessoa com deficiência.....	81
4.1.1 Aspectos sociais e psíquicos das pessoas com deficiência	82
4.2 Aspecto histórico do convívio social das pessoas com deficiência	88
4.2.1 A fase da eliminação	89
4.2.2 A fase do assistencialismo.....	90
4.2.3 A fase da integração	91
4.2.4 A fase da inclusão.....	92
4.3 Princípio da Dignidade	102

4.4 Princípio da Igualdade	107
4.5 Dos princípios, diretrizes, objetivos e equiparação de oportunidades para a inclusão da pessoa com deficiência ..	112
4.6 O papel do Ministério do Trabalho e Emprego como agente das políticas públicas	126
4.7 O papel do Ministério Público do Trabalho na efetivação da Lei de Cotas	129

5 O DIREITO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA AO TRABALHO E O SISTEMA DE COTAS NA INICIATIVA PRIVADA	137
---	------------

5.1 O sistema de cotas na iniciativa privada	140
--	-----

6 A EMPRESA CONTEMPORÂNEA E SUA FUNÇÃO SOCIAL EM FACE DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA.....	161
---	------------

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS	167
-------------------------------------	------------

REFERÊNCIAS.....	171
-------------------------	------------